

# EDITORIAL

O primeiro número da RBEUR em 2019 é composto por onze artigos submetidos em fluxo contínuo. Constatamos com satisfação o aumento no número de submissões que refletem o prestígio da Revista entre os pesquisadores de temáticas ali publicadas, e também a crescente importância no meio acadêmico da publicação em periódicos. Registramos mais uma vez o agradecimento a um número expressivo de pesquisadores que tem respondido às nossas demandas para emissão de pareceres com grande qualidade e apuro, o que certamente contribui para qualificar e aperfeiçoar a edição de artigos aprovados para publicação.

Três grandes temas se sobrepõem na composição deste número. O primeiro aborda o planejamento urbano sob diferentes prismas: uma nova leitura de textos clássicos, a revisão de reiteradas críticas às propostas do urbanismo modernista, assim como análises críticas sobre a aplicação de políticas e instrumentos urbanísticos, temas que atualizam e reforçam a pertinência deste campo de conhecimento. Um segundo tema atravessa a problemática habitacional por distintos ângulos, das formas de regulação às políticas setoriais, na cidade assim como no campo, em assentamentos informais e planejados pelo Estado ou pelo mercado. Por fim, um terceiro conjunto de artigos circunscreve a questão regional por enfoques metodológicos muito diversos, considerando-a ora do ponto de vista das políticas de desenvolvimento ambiental e sanitário, ora da conformação da memória de uma região a partir das experiências de trabalho nela desempenhadas, ora à luz do processo de industrialização visto como estratégia de descentralização do desenvolvimento.

A partir de uma leitura cuidadosa da apropriação muitas vezes parcial e às vezes até superficial do livro *The death and life of great American cities*, publicado por Jane Jacobs em 1961, Bianca Tavorari procura conferir a necessária tensão aos argumentos ali expressos. A crítica de Jane Jacobs aplicava-se como uma luva a contextos diversos de vertentes muito diferentes do urbanismo. A investida com sucesso contra as obras viárias implantadas pelo urbanista americano Robert Moses foram parte importante de seu papel como ativista em movimentos sociais urbanos. A fala furiosa de Moses contra a *bunch of mothers* que ousaram se opor e conseguiram evitar a construção de uma via expressa atravessando Washington Square evidenciava o poder dos novos movimentos urbanos, em especial os organizados em Greenwich Village, bairro onde habitava a jornalista. Se esses embates foram registrados com a devida beligerância que os marcou em Nova York, em outras realidades urbanas a hegemonia do transporte rodoviário se fazia cada vez mais presente, porém sem resultar em uma crítica e oposição com o mesmo destaque ou relevância.

A crítica de Jane Jacobs investia contra alguns princípios do urbanismo do movimento moderno que ressurgiu no imediato pós-guerra tanto na reconstrução das cidades como no projeto de cidades novas na Europa, nos Estados Unidos e nos países da América do Sul, cujos urbanistas se integravam à rede internacional formada nos Congressos do CIAM. Sem a preocupação de refutar as reiteradas críticas à concepção restrita do plano piloto de Brasília, Fernanda Derntl alarga a mirada para os anos 1940 e para novas fontes documentais. Traz à nossa atenção instrumentos e conceitos utilizados por comissões científicas que se consubstanciaram em determinações e planos da Novacap para a organização do território, em especial sobre como foram concebidas as cidades satélites nos anos iniciais da construção de Brasília.

Em contextos urbanos muito diferentes – Maringá e São Paulo – dois artigos abordam a formulação do instrumento urbanístico PEUC Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios e as dificuldades para a sua aplicação. Trata-se de um dos instrumentos formulados a partir do princípio da função social da propriedade. Cabe lembrar como é árduo e moroso o processo de construção de consensos que

DOI: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2019v21n1p7>

resultem em desenhos institucionais, formulação de políticas e de legislação. Nas teses aprovadas no primeiro Congresso de Urbanismo em 1941 e no Seminário de Habitação e Reforma Urbana realizado em 1963, é possível traçar uma genealogia dos processos enfrentados para a definição dos princípios da função social da cidade finalmente aprovados na Constituição de 1988. Foram limitados os resultados alcançados até o momento no emprego do instrumento, como mostram as análises dos artigos sobre Maringá e São Paulo, lembrando que se tratava ainda de um contexto político favorável à sua aplicação, o que leva à necessidade cada vez mais urgente de discutir o retrocesso evidente que se coloca no horizonte, com a extinção de instituições como o Ministério da Cidade.

Ao analisar a estruturação recente da Secretaria de Licenciamento Imobiliário da Prefeitura de São Paulo, Telma Hoyle procura mostrar em seu artigo que, embora haja forte influência do setor privado da incorporação sobre a atuação da burocracia municipal paulistana, não é possível compreendê-la, em termos teóricos, como um processo de captura estrutural do Estado por interesses privados. A pesquisa é parte dos esforços recentes empreendidos para compreender e sistematizar a atuação de empresas privadas na produção das cidades e suas formas particulares de operação, suas relações com o Estado e suas políticas.

O artigo de Yúri de Alcântara Pinto Rebello, José Júlio Ferreira Lima e Alberto Patrick Cassiano Lima discute a incidência de duas ações públicas sobre o Assentamento Mártires de Abril na Ilha de Mosqueiro, área periurbana no município de Belém: o Projeto Casulo de Assentamento viabilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e o Programa Minha Casa Minha Vida Rural pela Prefeitura Municipal de Belém e Caixa Econômica Federal. Constituído, a partir de 1998, por iniciativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o assentamento revela uma complexa organização espacial, resultante da ação e da inação de políticas públicas em diferentes temporalidades e escalas, que, da mesma forma que as especificidades da dinâmica periurbana da região, precisariam ser levadas em conta nas políticas públicas de habitação.

A problemática habitacional também é tematizada no artigo de Stephen Treuke. Trata-se de refletir sobre como as estruturas de oportunidade se distribuem socioespacialmente na escala da vizinhança. Com base em uma pesquisa qualitativa com um conjunto controlado de moradores, o artigo propõe-se a retratar certas relações de interação entre a favela de Calabar e os condomínios localizados nos bairros contíguos da Barra, Ondina e Graça, em Salvador. As questões básicas que se colocam dizem respeito aos impactos da vizinhança recíproca no bem estar dos moradores e, mais especificamente, a que níveis de interação interclasses, para além das relações de emprego, é possível descrever entre os moradores da favela e dos bairros mais afluentes em seus arredores.

O artigo de Leandro Blanque Becceneri, Humberto Prates da Fonseca Alves e Daniel Arias Vazquez também focaliza a problemática da segregação socioespacial. Contudo, foco e o método, desta vez, são outros. Com base em indicadores estatísticos de estratificação sócio-ocupacional, trata-se de apreender as alterações e permanências, assim como os padrões de homogeneidade e heterogeneidade na distribuição espacial das classes sociais na metrópole paulistana, tanto nos espaços de elite quanto nas periferias, ao longo da primeira década do século XXI.

O foco do artigo de Franciclei Burlamaque Maciel, Júlio Cesar Schweickard, Jessé Burlamaque Maciel e Izaura Cristina Nunes Pereira Costa são as políticas de desenvolvimento para a Amazônia, especialmente no que diz respeito a seus efeitos no ecossistema e na saúde das populações da região do Tapajós. Ao pensar essa interface entre desenvolvimento, meio ambiente e saúde pública no passado e no presente, o que está em jogo é a necessidade de ultrapassar os parâmetros neoliberais dominantes, contemplando o refinamento das análises de impactos socioambientais na regulação e planejamento dos investimentos e adotando perspectivas de longo prazo nas políticas regionais.

O artigo de Margarete Fagundes Nunes, Ana Luiza Carvalho da Rocha e João Alcione Sganderla Figueiredo aborda a questão regional por um prisma interdisciplinar. Com base em uma pesquisa de corte etnográfico na região do Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, os autores propõem ar-

ricular as representações do território com as histórias de vida dos trabalhadores da indústria de couro nele estabelecidos. Com base no estudo das memórias e observações coletadas, trata-se de compreender o lugar das rupturas no mundo do trabalho e dos conflitos ambientais ali vivenciados nas transformações e significados da paisagem urbana da região.

Por fim, o artigo de Marcus Vinicius Gonçalves da Silva e Djalma de Sá retoma a questão do planejamento regional, agora em sua dimensão eminentemente econômica, ligado ao incentivo estatal ao desenvolvimento industrial da Região Metropolitana de Curitiba entre os anos 1970 e os anos 2000. Articulando políticas públicas e fatores locacionais no âmbito do estado do Paraná, os autores propõem passar em revista as raízes da concentração industrial nessa região e as dificuldades colocadas aos esforços de desconcentração e descentralização do desenvolvimento.

José Tavares Correia de Lira  
*Editor Responsável RBEUR*

Maria Cristina da Silva Leme  
*Editora Assistente RBEUR*